

POLÍTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS:

REVISÕES TEÓRICAS, TEMAS ATUAIS E PROPOSTAS DIDÁTICAS

Cristine Gorski Severo
(Organizadora)



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

S498p Severo, Cristine Gorski (org.).

Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas/

Organizadora: Cristine Gorski Severo; Prefácio de Xoán Carlos Lagares.

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2022.

figs.; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5637-499-4.

1. Ensino de Línguas. 2. Linguística. 3. Prática Pedagógica.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadora.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Didática - Métodos de ensino instrução e estudo – Pedagogia. 371.3

2. PCN / Parâmetros Curriculares Nacionais – Brasil. 372.981

3. Linguística. 410



POLÍTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS:

REVISÕES TEÓRICAS, TEMAS ATUAIS E PROPOSTAS DIDÁTICAS

Cristine Gorski Severo
(Organizadora)



Copyright © 2022 – Da organizadora representante dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Cibele Ferreira

Editoração e capa: Vinnie Graciano

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil – 2022

Agradeço à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio financeiro e institucional.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
-----------------	----------

Xoán Carlos Lagares (UFF)

APRESENTAÇÃO	17
---------------------	-----------

Cristine Gorski Severo (UFSC/CNPq)

PARTE 1

PERSPECTIVAS TEÓRICAS E OLHARES CRÍTICOS

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS: REVISÃO TEÓRICA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	25
--	-----------

Cristine Gorski Severo (UFSC/CNPq)

DEVOLVENDO A 'SÓCIO' AO EMPREENDIMENTO SOCIOLINGUÍSTICO	61
--	-----------

Joshua Fishman

Tradução: Cristine G. Severo (UFSC)

Revisão: Edair Görski (UFSC)

ANÁLISE DE DISCURSO MATERIALISTA E DIREITO LINGUÍSTICO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL	79
--	-----------

Fernanda Castelano Rodrigues (UFSCar)

Jael Sânera Sigales Gonçalves (Unicamp)

A TEORIA DA GESTÃO DA LÍNGUA DE BERNARD SPOLSKY	101
--	------------

Socorro Cláudia Tavares de Sousa (UFPB)

Maria Elias Soares (UFCE)

AS LÍNGUAS PELAS RUAS DA CIDADE: O ESTUDO DA PAISAGEM LINGUÍSTICA URBANA EM CONTEXTOS PLURILÍNGUES	127
---	------------

Isis Ribeiro Berger (UNIOESTE)

O ESTATUTO ENCANTADO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS: COMUNICAÇÃO MAIS-QUE-HUMANA E REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA	149
--	------------

Leandro Durazzo (UFRN)

PARTE 2

ABORDAGENS CONTEXTUAIS E ESTUDOS DE CASO

REFÚGIO E LINGUAGEM: COMPLEXIDADE E URGÊNCIA DE UMA QUESTÃO _____ **171**

Bruno Deusdará (UERJ)

A POLÍTICA LINGUÍSTICA DO ESTADO BRASILEIRO PARA AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA LDB, LEI 9.394/1996 _____ **191**

Elias Ribeiro da Silva (Unifal-MG)

O LETRAMENTO ACADÊMICO DE ESTUDANTES INDÍGENAS EM UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: COMPARTILHANDO DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS _____ **209**

Andérbio Márcio Silva Martins (UFGD)

Cássio Knapp (UFGD)

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E GÊNEROS DOS CONTEXTOS JURÍDICO E POLICIAL NO ENSINO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS-PORTUGUÊS _____ **225**

Aline Nunes de Sousa (UFSC)

Silvana Aguiar dos Santos (UFSC)

DIREITO LINGUÍSTICO DO ESTUDANTE SURDO E SURDOCEGO INDÍGENA E NÃO INDÍGENA NA SALA DE AULA: ESCRIVÊNCIA DE UMA PROFESSORA UNIVERSITÁRIA SURDA _____ **247**

Shirley Vilhalva (UFMS)

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LÍNGUAS ESPECIAIS: TENSÕES HISTÓRICAS E POSSIBILIDADES SUBVERSIVAS _____ **261**

Geuderson Traspadini Marchiori (UFOP/ME)

Kassandra da Silva Muniz (UFOP)

UMA CONVERSA SOBRE “COLONIALISMO LINGUÍSTICO” _____ **275**

Alexandre Cohn da Silveira (UNILAB)

Charlotte Eloize Leviski (UEPG)

SOBRE AS/OS AUTORAS/AUTORES _____ **293**

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS: REVISÃO TEÓRICA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Cristine Gorski Severo (UFSC/CNPq)

INTRODUÇÃO

Este capítulo introdutório visa apresentar uma visão panorâmica do campo de estudos das políticas linguísticas, desde a emergência histórica da disciplina até a sua dimensão contemporânea. As políticas linguísticas abordam a relação entre língua e política, o que faz com que conceitos de política e de sociedade sejam relevantes, pois eles sinalizam para o modo como compreendemos a dinâmica sociopolítica na sua relação com as práticas de linguagem, as ideologias linguísticas e as ações e intervenções sobre essas práticas e ideologias (KROSKRITY, 2020; SPOLSKY 2012; IRVINE; GAL, 2000). Na contramão de uma visão estrutural e tipológica de língua e sociedade, trata-se de compreender como as ações e discursos, historicamente situados, inscrevem/mobilizam/agenciam práticas linguísticas que são situadas, contextuais e experienciais. Entendemos, portanto, que a política não se restringe à dimensão institucional de políticas públicas regulatórias que visam orientar e prescrever comportamentos através do dispositivo jurídico-político, mas inclui uma relação entre as diferentes intervenções institucionais – através de legislações/regulamentações e políticas públi-

cas – e a dinâmica sociopolítica envolvida nos usos e nas ideologias linguísticas.

Apresento, a seguir, dois conceitos de política que embalam nossas reflexões neste capítulo, um mobilizado por uma intelectual de origem judia – Hannah Arendt (1906-1975), exilada nos EUA no contexto do nazismo –, que pensou o papel da política como caminho possível para mitigar a violência, o terror e a tirania de regimes autoritários; e outro cunhado por Achille Mbembe (1957-), um pesquisador africano amplamente atuante na cena intelectual crítica, que pensa a política em diálogo com a experiência africana de descolonização. Registramos a importância das vozes de mulheres e de pessoas negras, indígenas e surdas no âmbito das reflexões políticas, pois entendemos que o lugar de fala (RIBEIRO, 2007) e a posicionalidade (HARAWAY, 1988) operam como elementos relevantes de regulação dos discursos. No âmbito de uma visão panorâmica das políticas linguísticas como campo de saber, veremos que a representatividade de homens brancos é majoritária, influenciando o modo como as políticas são compreendidas, os objetos são escolhidos e as referências bibliográficas são selecionadas (MAKONI, 2021). Neste livro, buscamos uma pluralidade autoral, pois sabemos que os objetos/fenômenos pautados, bem como o comprometimento ético assumido, muitas vezes são influenciados pelas histórias de vida dos/das pesquisadore/as. É importante que as políticas linguísticas indaguem sobre a dimensão ética dos sujeitos pesquisadores, na contramão do que tem ocorrido:

questões referentes ao papel social dos linguistas, seus papéis como missionários e oficiais coloniais, suas fontes de financiamento, sua responsabilidade moral e as possíveis aplicações de seu trabalho ‘científico’ geralmente não são abordadas dentro da disciplina de própria linguística¹. (HUTTON, 1999, p. 9)

1 “questions of the social role of linguists, their roles as missionaries and colonial officials, their sources of funding, their moral responsibility, and the possible applications of their ‘scientific’ work are not generally addressed within the discipline of linguistics itself.” Traduções de minha responsabilidade.

Sucintamente, para Arendt (2007), a política compreende o espaço compartilhado de ação e discurso de sujeitos plurais e singulares, sendo a liberdade condição para o exercício da política. Trata-se, com isso, de reconhecer a importância do espaço comum como lugar de vínculo plural e de manifestação de interesses dos cidadãos e cidadãs. Assim, a construção de laços e a manifestação de interesses implica o uso da linguagem, da voz e dos modos de dizer (e dizer-se) na esfera pública da visibilidade. Dado que a pluralidade é condição para o exercício da política, a contradição, a discordância e o conflito integram o processo discursivo de negociação de sentidos, fazendo avançar o próprio processo político. Já Mbembe (2017) reflete sobre o papel da política a partir dos contextos da colonização e dos processos de descolonização dos países africanos; segundo o autor, em diálogo com Franz Fanon e outros intelectuais da revolução africana, o ato de viver, a reciprocidade e o cuidado são elementos constitutivos do político e do mundo comum. Esse comum significa que estar exposto ao Outro – com sua voz, corpo e singularidade – opera como processo de cura da experiência de violência colonial de coisificação e mercantilização das pessoas e da vida. Mbembe (2017, p. 31) define a política e democracia nos seguintes termos:

A comunidade é política, na medida em que, consciente das contingências de seus fundamentos e da sua violência latente, está sempre disposta a pôr em jogo as suas origens. É democrática, na medida em que, garantindo esta permanente e ampla abertura, a vida do Estado adquire um carácter público; os poderes estão sob controle dos cidadãos; e estes são livres de procurar e de fazer valer, sempre e a cada vez que preciso for, a verdade, a razão, a justiça e o bem comum.

Ambas as definições de política, de Arendt e Mbembe, operam contra as políticas autoritárias e violentas de negação do mundo e, portanto, de silenciamento e invisibilização das pessoas. Nessa direção, trata-se de pensar a linguagem como lugar central para o exercício da política. Acreditamos prudente apresentar tais definições de política

para contextualizar o pano de fundo crítico que deve embalar nossas reflexões atuais sobre a relação entre língua, linguagem e política.

No âmbito das políticas linguísticas como campo de conhecimento, o termo política linguística (*language policy*) foi amplamente cunhado em paralelo com o outro termo, planejamento linguístico (*language planning*): de forma bastante genérica, o primeiro estaria vinculado ao campo teórico-analítico e/ou dos objetivos, e o segundo, ao campo da ação (FISHMAN, 1974). Sabemos, contudo, que a dicotomia entre teoria e prática é passível de ser problematizada e contestada (FREIRE, 1987), uma vez que a prática sempre carrega alguma teoria subjacente, e a teoria se molda a partir da prática, contribuindo para ampliar, inclusive, a possibilidade de ação. A terminologia usada atualmente no campo das políticas linguísticas também envolve, entre outros, os termos *glotopolítica* (MARCELLESI; GARDAN, 1974; LAGARES, 2018; BLANCHET, 2020) e *gestão linguística* (JERNUDD; NEUSTUPNÝ; 1987; SPOLSKY, 2009). O termo *glotopolítica* (*glotopolitique*, em francês, e *glotopolitics*, em inglês) tem sido amplamente usado no contexto de pesquisas hispânicas, designando uma “abordagem política sobre a linguagem” (LAGARES, 2018, p. 37). Esse termo também é veiculado no âmbito da sociolinguística corsa (*Corsican sociolinguistics*), fortemente influenciada pelos trabalhos de Marcellesi, Thiers, Chiorboli, Comiti, Guespan e Gardan (BLANCHET, 2020). De forma geral, a glotopolítica problematiza a dicotomia saussuriana *langue-parole* e considera linguagem e sociedade como mutuamente implicadas, expandindo o escopo de análise das políticas linguísticas para além da esfera institucional e governamental:

Definiremos glotopolítica como todas as ações de gestão das interações linguísticas por uma sociedade [...] A glotopolítica está constantemente em ação. É um continuum que compreende desde pequenos atos, geralmente considerados insignificantes (corrigir um ‘erro’ conforme uma norma), a intervenções consideráveis (direito de um determinado grupo de pessoas de se expressar escrevendo ou falando), ou mesmo ações sobre a

linguagem em si: promoção, proibição [...], mudança de status. [...] Não há comunidade social sem glotopolítica². (GUESPIN, 1985, p. 21-22 apud BLANCHET, 2020, p. 18)

Já o termo *gestão linguística* (*language management*) data dos anos 1970 e tem sido usado no âmbito das pesquisas publicadas em língua inglesa³. O conceito define, de maneira geral, o sistema de interação dos sujeitos com a língua na sua relação com as esferas econômica, social, política e cultural, atentando tanto para o conflito de interesses entre sujeitos e agentes envolvidos, como para a relação entre os problemas linguísticos e a esfera de tomada de decisão (JERNUDD; NEUSTUPNÝ, 1987). Assim, qualquer fenômeno linguístico que é alvo das políticas linguísticas teria como correlato elementos sociais e políticos subjacentes, a exemplo dos processos de padronização e normatização das línguas que operariam no interior de um projeto de “modernização” mais amplo (JERNUDD; NEUSTUPNÝ, 1987). Spolsky (2009) considera a gestão linguística como um dos elementos que caracterizam o tripé da política linguística: práticas, crenças e gestão. As práticas se vinculam aos comportamentos e escolhas linguísticas; as crenças dizem respeito às ideologias e atitudes dos sujeitos e das instituições sobre as línguas; e a gestão trata dos diferentes meios e agentes que influenciam ou modificam os comportamentos e atitudes linguísticas dos sujeitos. O termo gestão substitui, para Spolky (2009), o termo planejamento, pois aquele seria capaz de abarcar o fenômeno a partir de uma perspectiva mais ampla e menos técnica. Mais especificamente sobre as ideologias linguísticas, Kroskrity (2010, p. 192) define esse conceito da seguinte maneira: “crenças, sentimentos e concepções sobre a estrutura e uso da língua, que muitas vezes indexam os interesses po-

2 “Nous définissons comme glottopolitique toute action de gestion de l’interaction langagière où intervient la société. [...] La glottopolitique est sans cesse en œuvre; c’est un continuum qui va d’actes minuscules, généralement considérés comme anodins (reprise d’une “faute” au titre d’une norme) à des interventions considérables (droit à telle catégorie de prendre la parole sous forme écrite [...] ou orale [...]), concernant à la limite la langue elle-même [...]: promotion, interdiction [...], changement de statut. [...]. Il n’y a pas de communauté sociale sans glottopolitique.”

Para uma descrição mais detalhada do campo da glotopolítica, conferir Lagares (2018).

3 Para uma discussão sobre aspectos políticos envolvidos na produção e disseminação de conhecimentos e o papel da língua inglesa, ver Severo, Carneiro e Brito (2021).

líticos e econômicos de falantes individuais, de grupos étnicos e outros grupos de interesse, e de estados-nação”⁴.

Neste capítulo, reconhecemos, além do contexto acadêmico americano fortemente ativo na produção intelectual sobre políticas e planejamentos linguísticos, a contribuição de outros contextos para as políticas linguísticas, como o soviético e o europeu. Sucintamente, o soviético, especialmente no período da revolução russa (1917), se ocupou das políticas linguísticas como parte de uma agenda governamental, embalando reflexões teóricas e metodológicas embasadas por abordagens marxistas, a exemplo dos trabalhos de Jakubinski e do próprio Círculo de Bakhtin (BRANDIST, 2006; SEVERO, 2007). O contexto europeu compreendeu pesquisas sobre a linguística social – a partir dos trabalhos do grupo de Marcellesi, Gardan e Guespin – e foi fortemente influenciado por uma preocupação de cunho sociológico, pelo pensamento de Voloshinov, pelas reflexões emergentes na análise do discurso de orientação francesa e pelo papel dos grupos sociais, distanciando-se da abordagem de Saussure (NARZETTI, 2012; BLANCHET, 2020).

Fazemos uma breve menção, ainda, à importante contribuição feita pelo norte-americano Joshua Fishman (1926-2015), um intelectual de origem judia que influenciou pesquisadores ao redor do mundo. Fishman é considerado um dos nomes mais emblemáticos do campo acadêmico das políticas linguísticas e da sociologia da linguagem, totalizando a publicação de quase uma centena de livros, além de mais de mil artigos e capítulos de livro sobre políticas e planejamento linguístico, educação bilíngue, língua e etnicidade, línguas minoritárias, manutenção e mudança linguística, língua e nacionalismo (GARCIA, 2015). Fishman atuou ativamente em prol do iídiche, língua da comunidade judaica, além de ter fundado em 1973 a revista internacional de sociologia da linguagem (*International Journal of Sociology of Language*), em circulação ativa ainda hoje. Infelizmente, contamos com poucas traduções⁵ de seus trabalhos para a língua portuguesa, diferentemen-

4 “beliefs, feelings, and conceptions about language structure and use, which often index the political economic interests of individual speakers, ethnic and other interest groups, and nation-states”.

5 Dentre os raros textos de Fishman traduzidos para o português está: FISHMAN, Joshua A.

te do que ocorreu com as pesquisas sobre microsociolinguística e sociolinguística variacionista, amplamente traduzidas para o português (SEVERO; GORSKI, 2017). Esse aspecto é indício da invisibilização dos debates sobre políticas linguísticas nos currículos dos cursos de Letras.

Felizmente, essa invisibilização tem sido alterada, especialmente a partir dos anos 1990, com a promulgação de declarações em defesa de grupos minoritários pela ONU, a atuação de grupos da sociedade civil em torno de políticas linguísticas e a entrada nas universidades de pesquisadores oriundos de grupos sociais sensíveis às políticas linguísticas, como a comunidade surda e pesquisadores de Libras, os povos indígenas, imigrantes, pessoas trans, e a comunidade negra que está cada vez mais representada nas universidades. Também mencionamos o papel das iniciativas políticas e sociais⁶, que passaram a impelir reflexões acadêmicas, tais como: as políticas de ensino de línguas estrangeiras nas escolas, a exemplo do recente movimento *#Fica Espanhol*; a valorização das línguas indígenas no cenário nacional através das políticas de educação indígena bilíngue e intercultural, das cooficializações municipais de línguas indígenas e de iniciativas internacionais, como o projeto da Unesco sobre a Década das Línguas Indígenas (2022-2032); as políticas migratórias e de refúgio e os processos de naturalização e de certificação linguística; o reconhecimento da herança cultural e linguística dos grupos de imigração no Brasil; e o papel das políticas de patrimônio cultural imaterial no reconhecimento da diversidade linguística como bem cultural. Alguns desses casos, somados a outros, são tematizados no presente livro, ilustrando o amplo leque de possibilidades de ação e de reflexão crítica envolvendo as políticas linguísticas contemporâneas.

A sociologia da linguagem. In: Fonseca, M. S. V.; Neves, M. F. (Orgs.) *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Livraria Eldourado Tijuca, 1974, p. 25–40. A tradução do texto de Fishman foi feita por Álvaro Cabral.

6 Algumas dessas iniciativas são mobilizadas por linguistas em parceria com agentes públicos e lideranças comunitárias, a exemplo do papel do Instituto Nacional de Educação de Surdos e das associações de surdos; do Instituto de Investigação em Política Linguística (IPOL), fundado em 1999; da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), fundada em 2004; e dos sindicatos de professores; entre outros, o que sinaliza para a complexidade de agentes envolvidos nas políticas linguísticas no Brasil.

Tendo feito essa ampla discussão, a seguir apresentamos duas seções: primeiro, fazemos uma retomada panorâmica sobre a história da área de saber das políticas linguísticas; em seguida, apresentamos alguns temas e questões que contemporaneamente têm mobilizado reflexões no âmbito dos estudos das políticas linguísticas, fazendo com que esse campo de saber avance em diálogo com as demandas e tensões contemporâneas.

A EMERGÊNCIA DA POLÍTICA LINGUÍSTICA COMO CAMPO DE SABER

A partir de uma visão histórica, o campo acadêmico das políticas linguísticas pode ser sistematizado a partir de quatro fases, conforme assinaladas por Johnson e Ricento (2013) e Ricento (2012): Fase clássica, fase intermediária, fase crítica e fase etnolinguística. Embora tal proposta possa ser didática, atentamos para a importância de evitarmos uma visão universalista, cronológica, linear e evolutiva do campo das políticas linguísticas. Veremos que essas fases não são estanques e independentes. Alguns autores atravessam as diferentes fases, ajustando suas análises e fazendo avançar o campo teórico-metodológico e analítico das políticas linguísticas; ou, ainda, elementos críticos e etnográficos das fases posteriores já se fazem presentes nas fases iniciais, conforme veremos. Apresentamos o aspecto histórico do campo, expandindo e problematizando alguns elementos da proposta cronológica e temática de Ricento (2012) e de Johnson e Ricento (2013). Atentamos, inclusive, para pautas que foram pouco exploradas ou invisibilizadas pelos autores, especialmente na próxima seção.

A fase clássica remontaria às reflexões e discussões dos anos 1950-1960; e a fase intermediária envolveria os anos 1970-1980 do cenário acadêmico e político norte-americano. Já a fase crítica problematiza de maneira consistente o papel das políticas linguísticas na manutenção e reprodução de desigualdades e assimetrias sociais, se caracterizando pela influência do pensamento crítico – sociológico, filosófico e histórico-cultural – nas reflexões sobre políticas linguísticas, como

os trabalhos de Marx, Habermas, Bourdieu, Foucault e Fairclough, entre outros; no Brasil, podemos adicionar a influência do pensamento de Paulo Freire para as reflexões sobre políticas linguísticas críticas, especialmente para as políticas linguísticas educacionais. A fase etnográfica teria se estruturado a partir dos anos 2000, enfocando abordagens situadas, contextualizadas e legitimadoras do papel de agentividade dos sujeitos locais, como professores, nas políticas e planejamentos linguísticos. Focaremos, neste capítulo, o contexto norte-americano devido à sua relevância no debate acadêmico contemporâneo. Registre-se que esse contexto, atualmente, é fortemente constituído por intelectuais de diferentes origens e percursos acadêmicos, muitos dos quais são imigrantes que produzem academicamente em língua inglesa, embora suas línguas maternas sejam africanas, asiáticas, árabe ou indígenas. Essa diversidade torna o contexto norte-americano bastante atuante na esfera dos estudos culturais, feministas, estudos críticos da raça e pós-coloniais (MBEMBE, 2019), o que dialoga diretamente com o conceito de política que buscamos privilegiar.

As reflexões dos anos 1950-1960 nos Estados Unidos se ocuparam dos desafios linguísticos, entendidos como “problemas linguísticos”, enfrentados pelas novas nações e por aquelas em “desenvolvimento” – especialmente contextos pós-coloniais, como africano e asiático –, que foram marcadas por debates sobre nacionalização e oficialização de línguas, modernização e desenvolvimento linguístico, e os desafios de se promover as línguas nacionalmente (FISHMAN, 1973a; HAUGEN, 1966). O pano de fundo é o contexto do pós 2ª Guerra Mundial, que foi marcado por uma onda de reestruturação econômica, com um capitalismo global se reorganizando, e de construção de relações internacionais que embalsamaram projetos de modernização, desenvolvimento e de descolonização. Esses acontecimentos afetaram, inclusive, o cenário acadêmico, a exemplo da emergência dos campos das políticas públicas (DELEON, 2008) e das políticas linguísticas, e do recrutamento de pesquisadores para funções governamentais, seguindo uma orientação pragmática focada na resolução de problemas urgentes: “Cientistas políticos, sociólogos, antropólogos, educadores e economistas foram convocados para esses esforços, em grande parte por meio de proje-

tos financiados por fundações privadas, notadamente as Fundações Rockefeller e Ford”⁷ (HELLER; MCELHINNY, 2017, p. 193). Veremos que esses conceitos de nação, nacionalismo, modernização e desenvolvimento foram problematizados, especialmente por perspectivas pós-coloniais.

Linguistas trabalhando com políticas linguísticas e a sociolinguística também foram recrutados para fazerem levantamentos, diagnósticos e propostas para as políticas de padronização, educação, letramento e nacionalização das línguas, seguindo um modelo de gestão baseado no paradigma técnico do problema-solução. Exemplo inclui as missões realizadas pelo linguista John Gumperz (1922-2013) na Índia em 1955 e missões de linguistas em países pós-coloniais, como Peru, Filipinas, Indonésia, Tunísia e Egito, todas financiadas pelas fundações americanas Rockefeller e Ford (HELLER; MCELHINNY, 2017). A agenda de trabalho incluía a construção de programas de letramento, de currículos e de propostas de ensino da língua inglesa como língua estrangeira. Essa agenda demonstra como o governo americano utilizou a língua como elemento de uma diplomacia cultural, afrontando o poder da Inglaterra e da França neste setor (Ibidem). Os pesquisadores engajados nesse processo eram majoritariamente homens brancos, americanos e europeus, sendo que as poucas exceções incluíram Susan Ervin-Tripp e Joan Rubbin (HELLER; MCELHINNY, 2017).

Paralelamente à análise de fenômenos linguísticos na relação com projetos nacionais e nacionalistas, discussões sobre identidades étnicas, minorias linguísticas e direitos linguísticos (GARCIA 2014; WILLIAMS 2012; FISHMAN, 1985) também passaram a integrar as agendas das políticas linguísticas, seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito político, especialmente embaladas pela promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que no seu artigo 2.1 define:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem

7 “Political scientists, sociologists, anthropologists, educationists, and economists were all recruited to these efforts, largely through projects funded by private foundations, notably the Rockefeller and Ford Foundations”

distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Algumas obras que caracterizaram este período entre os anos 1950 e 1970 foram: *Language planning* (Planejamento linguístico; Einar Haugen, 1959); *Language problems of developing nations* (Problemas linguísticos em nações em desenvolvimento; Fishman; Ferguson e Das Gupta, 1968); *Language Conflict and National Development: Group Politics and National Language Policy in India* (Conflito linguístico e desenvolvimento nacional; Das Gupta, 1970); *Nationalism and Language Reform in China* (Nacionalismo e reforma linguística na China; De Francis, 1950); *Dialect and Nation* (Dialeto e Nação; Haugen, 1966); entre outros. Esses trabalhos compartilham, de maneira geral, um olhar teórico-metodológico instrumental, objetivo, positivista, tipológico e orientado pelo paradigma da língua-problema, para o qual as “soluções” seriam produzidas (NEUSTUPNÝ, 1974). Os conceitos de língua subjacentes a esses trabalhos eram, em grande medida, estruturalistas e funcionalistas; e a abordagem racionalizante das políticas linguísticas implicava um compromisso com a neutralidade, o universalismo e a eficiência (NEUSTUPNÝ, 1974). Sabemos, contudo, que tais princípios são construções ideológicas que contribuem para nomear, hierarquizar e naturalizar as diferenças.

Reconhecemos que aquelas obras não constituem um bloco discursivo homogêneo, pois iniciaram reflexões que seriam aprofundadas nas fases seguintes. Data da fase clássica a emergência de propostas tipológicas para lidar com as políticas linguísticas, tais como os cinco critérios elencados por Kloss (1968; 1977): o nível de estruturação nacional do Estado, a procedência linguística da língua oficial, o processo de oficialização-padronização da língua, a situação jurídica da língua⁸

8 No que tange ao critério jurídico, Kloss (1968) estabeleceu alguns subcritérios nivelantes de análise: prescrição da língua de maneira exclusiva, prescrição da língua em paralelo com outras, agente atuante (Estado, por exemplo), situação jurídica (línguas toleradas ou proibidas). Kloss foi um linguista alemão cujas ideias sobre língua contribuíram para legitimar ideologias totalitaristas, como o regime nazista. Um de seus primeiros trabalhos

e o número/percentual de falantes em relação à população total (critério estatístico). Sobre o critério de padronização, Kloss (1968) operacionalizou as políticas linguísticas através dos conceitos de *planejamento de corpus* e *planejamento de status*. Enquanto o planejamento de corpus enfocaria as mudanças no código linguístico e a criação de gramáticas, dicionários e de outros instrumentos linguísticos, o planejamento de status incidiria sobre as funções e usos linguísticos. Ambos os planejamentos visavam delimitar os limites e as funções das línguas, a favor de um projeto de unificação nacional. Os limites desse modelo dual e técnico proposto por Kloss foi problematizado por Fishman (1974), que atentou para o papel das atitudes, valores, preferências e lealdades dos sujeitos envolvidos – planejadores e público-alvo – nas políticas linguísticas, já confirmando as problematizações de uma fase intermediária no campo das políticas linguísticas.

Ainda sobre o emprego de uma tipologia para o planejamento linguístico, Haugen (1966a) propôs quatro etapas: (i) seleção da norma, que poderia incluir a escolha de uma norma nova ou a reestruturação de outra, processo que envolveria questões de prestígio social, embora a variedade falada pela elite fosse geralmente priorizada; (ii) codificação da norma, que envolveria a escolha de um sistema de escrita e ortografia, a transcrição da pronúncia, as descrições das formas gramaticais e os elementos lexicais; (iii) a elaboração das funções, que envolveria a adaptação ou inovação vocabular e a expansão das possibilidades linguísticas para os contextos artísticos; (iv) a implementação, que implicaria a aceitação social e envolveria, por exemplo, o papel da escola no ensino da norma e da avaliação da opinião pública sobre os usos linguísticos.

Um quinto elemento teria sido adicionado a esta lista, que seria o *cultivo*, ocupado com questões de correção/padronização, eficiência, preenchimento de funções linguísticas, questões de estilo e as capa-

abordou a política sócio-cultural da família linguística germânica, publicado em 1929. Muitas das ideias cunhadas por Kloss ainda vigoram, como a sacralização do conceito de língua materna, língua como espelho do pensamento, a defesa dos direitos da língua materna, a língua como expressão da nação/povo e a relação entre língua, raça e etnia (HUTTON, 1999). Evidentemente, tais ideologias devem ser vistas em relação aos contextos e discursos que buscam legitimar.

idades comunicativas (NEUSTUPNY, 1970; FISHMAN, 1974). Um sexto elemento mencionado por Fishman (1974) envolvia o papel da avaliação como parte do processo de planejamento linguístico. Além disso, registre-se que as pesquisas iniciais em políticas linguísticas enfocaram mais as etapas de formulação e de deliberação das políticas linguísticas, em detrimento da avaliação, dos detalhes da implementação e das complexidades envolvidas nos processos de tomada de decisão (FISHMAN, 1974), as quais envolvem a maneira como as políticas são construídas como produto do envolvimento de diferentes atores e interesses. Resumidamente, os anos 1950-1970 caracterizaram o surgimento do campo de saber das políticas públicas, a partir de um viés científico e instrumental que foi aplicado ao modo de governo (DELEON, 2008). Importante atentarmos para a relação e a implicação mútua entre os campos de saber das políticas linguísticas e das políticas públicas.

Sobre a definição do campo, Haugen (1966a, p. 26) define a política linguística como arte: “O planejamento linguístico é, portanto, mais uma arte do que uma ciência. Como a política, da qual faz parte, é a arte do possível”⁹. Importante mencionar, ainda, a problematização feita por Haugen (1966) sobre a dificuldade de se definir as fronteiras entre língua e dialeto. No texto intitulado *Dialeto, Língua e Nação* (1966, p. 122), Hauger (1966, p. 922) afirma que “o desenvolvimento de um vernáculo, popularmente chamado de dialeto, em uma língua está intimamente relacionado ao desenvolvimento da escrita e ao crescimento do nacionalismo”¹⁰, fazendo com que as ideias de desenvolvimento, modernização, escrita e nacionalismo se entrelacem. A ideia de ‘línguas subdesenvolvidas’ (ou vernaculares) estaria vinculada ao não preenchimento de todas as funções sociais em uma sociedade, ficando restrita a usos apenas locais. Nesse caso, a língua padrão seria aquela que melhor preencheria as funções sociais da sociedade. Haugen também problematiza a fragilidade do modelo estatístico para a quantificação das línguas, uma vez que as fronteiras entre línguas e dialetos

9 “Language planning is therefore still more of an art than a science. Like politics, of which it is a part, it is the art of the possible.”

10 “the development of a vernacular, popularly called a dialect, into a language is intimately related to the development of writing and the growth of nationalism”

são nebulosas. Percebemos que a problematização sobre o conceito de dialeto e o papel das estatísticas, bem como a definição da política linguística como arte, seguem uma orientação mais política do que positivista, revelando um olhar sensível de Haugen para a relação complexa entre linguagem e sociedade. A política, evidentemente, transcende o espaço institucional para englobar o mundo comum, coletivamente habitado e compartilhado, o que ficará evidente nas fases seguintes, especialmente as políticas linguísticas de orientação crítica.

Os exemplos de Kloss, Haugen e Fishman nos ajudam a compreender as condições de produção dos discursos acadêmicos nos anos 1950-1970, fortemente afetados por políticas nacionalistas e instrumentalistas, além de perspectivas estruturalistas e funcionalistas de língua. Outro elemento importante é a distinção feita por Fishman (1985; 1970) entre microssociolinguística e macrossociolinguística: enquanto a primeira estudaria a língua em relação à sociedade, a segunda, também conhecida como sociologia da linguagem, estudaria a sociedade em relação à língua ou, mais especificamente, a organização social dos comportamentos linguísticos, incluindo atitudes linguísticas, usos linguísticos e comportamentos linguísticos (FISHMAN, 1997). A sociologia da linguagem seria constituída de dois ramos: um de orientação descritiva, atenta à questão “quem fala (ou escreve) que língua (ou que variedade linguística) para quem, quando e para que fim?”; e outra de orientação dinâmica, ocupada em explicar “por que e como a organização social do uso linguístico e o comportamento em relação às línguas podem ser diferentes nas mesmas redes de relacionamento?”¹¹ (FISHMAN, 1997, p. 26). Além disso, seria relevante analisarmos as aproximações entre a sociologia da linguagem (Fishman) e a linguística social (Marcellesi e Gardan), atentando para as semelhantes teórico-metodológicas e ideológicas das abordagens. De todo modo, ambas as abordagens sinalizam para a necessidade de um olhar mais consis-

11 “who speaks (or writes) what language (or what language variety) to whom and when and to what end?”

“why and how the social organization of language use and behavior toward language can be selectively different in the same social networks”

tente e reflexivo, e menos instrumental e positivista, sobre a relação entre língua e sociedade

Essa exposição sobre a primeira fase das políticas linguísticas revelou a necessidade de questionamentos sobre a dimensão técnica, tipológica e positivista das políticas linguísticas, buscando ampliar não apenas o escopo das pesquisas, mas os grupos e interesses envolvidos, as relações de poder implicadas, e as diferentes esferas socioideológicas envolvidas. Exemplos das problematizações incluem o papel do feminismo no questionamento do sexismo linguístico (COOPER, 1989) e as críticas antirracistas, a exemplo do contexto afro-americano (HELLER; MCELHINNY, 2017). Além disso, a expansão dos objetos e níveis de interesse do campo das políticas linguísticas passam a incluir, de maneira mais sistemática, outros contextos, como o escolar, a exemplo do conceito de planejamento de aquisição, proposto por Cooper na obra *Planejamento linguístico e mudança social (Language planning and social change 1989)*. Esse conceito recobre o ensino de língua estrangeira ou segunda língua; a reaquisição de línguas vernaculares que passam a ser revitalizadas, como o Hebraico em Israel ou das línguas indígenas; e a manutenção linguística. Cooper aproxima as reflexões sobre políticas linguísticas das questões envolvendo mudança social e políticas públicas e atesta a amplidão e pluralidade do campo: “O planejamento linguístico é direcionado para uma variedade de fins e abrange uma variedade de meios” (COOPER, 1989, p. 29).

Em atenção aos trabalhos dos anos 1970-1980, que caracterizam a fase intermediária, a partir de uma revisão conceitual sobre política e planejamento linguístico, Cooper (1989) resumiu os aspectos abordados na seguinte pergunta: “Quem planeja o que para quem e como?”. Essa questão envolve os agentes e público-alvo, o objeto e os procedimentos para as políticas e planejamentos linguísticos. Esses elementos, evidentemente, não são neutros, mais inscrevem relações de poder que merecem ser considerados e analisados, em prol da construção de políticas que sejam efetivamente plurais (SEVERO, 2013). Assim, as políticas linguísticas geralmente não são “apenas” sobre as línguas:

O planejamento linguístico é tipicamente realizado para atingir fins não linguísticos, como proteção ao consumidor, intercâmbio científico, integração nacional, controle político, desenvolvimento econômico, criação de novas elites ou manutenção de antigas, pacificação ou cooptação de grupos minoritários e mobilização em massa de movimentos nacionais ou políticos¹². (COOPER, 1989, p. 35)

A abordagem crítica nos estudos de políticas linguísticas, que caracteriza uma terceira fase, problematiza a dimensão positivista e técnica, as relações de poder e os interesses dos agentes envolvidos nas políticas, atentando para as epistemologias e metodologias aplicadas nos trabalhos e para a sua dimensão ética e ideológica. Com a importância dos estudos feministas, as críticas antirracistas e os estudos pós-coloniais no cenário norte-americano, especialmente a partir dos anos 1980 (MEBMEBE 2019; HELLER; MCELHINNY, 2017), o enfoque crítico nas políticas linguísticas se tornou mais evidente e explícito. Retornaremos a essa discussão na seção 3. A seguir, contudo, abrimos um colchete para tematizar a emergência dos direitos linguísticos como um pilar orientador das políticas linguísticas.

DIREITOS LINGUÍSTICOS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Embora o germe dos direitos individuais esteja nas mudanças sociopolíticas do final de século XVII, foi na metade do século XX – no contexto da 2ª Guerra Mundial, do tribunal de Nuremberg e do julgamento de Tóquio – que houve a consolidação e validação dos direitos humanos (DH) internacionais, assegurando que as liberdades fundamentais dos cidadãos e dos grupos pudessem ser protegidas dos abusos operados por agentes dos Estados (BRUTHIAUX, 2009). Os direitos

12 “Language planning is typically carried out for the attainment of nonlinguistic ends such as consumer protection, scientific exchange, national integration, political control, economic development, the creation of new elites or the maintenance of old ones, the pacification or cooption of minority groups, and mass mobilization of national or political movements” (COOPER, 1989, p. 35).

podem ser positivos ou negativos: enquanto os primeiros dizem respeito às ações propositivas do Estado, o que geralmente envolve custos e políticas públicas, os segundos dizem respeito à garantia de não interferência do Estado nas relações dos cidadãos, sem custos aparentes (BRUTHIAUX, 2009; MAY, 2005). A literatura sobre direitos linguísticos (DL) tem sido produzida em grande parte a partir de uma perspectiva jurídica que acredita que o reconhecimento de direitos é um caminho para se avançar na pauta da justiça social, embora haja contestações sobre se as leis necessariamente promovem políticas emancipatórias (PUPAVAC, 2012). De forma geral, os direitos linguísticos se vinculam à ação do Estado, ao direito internacional e à relação entre esses dois níveis, nacional e internacional. Em relação à terminologia, os termos ‘direitos linguísticos’ e ‘direitos linguísticos humanos’ se vinculam à ação do Estado (legislação e política pública) e ao direito internacional, respectivamente (PUPAVAC, 2012).

Como campo de saber, os direitos linguísticos – especialmente a partir dos anos 1990, com legislações internacionais específicas¹³ – têm sido debatidos no interior das disciplinas de sociolinguística, políticas linguísticas e sociologia da linguagem, especialmente influenciados por três abordagens: os estudos da ecologia das línguas, que inscreve o processo de perda das línguas no interior de um paradigma ecológico; o movimento de proteção, preservação e revitalização de línguas minoritárias; os estudos legais envolvendo os direitos dos grupos minoritários, atentando para a aplicação da legislação nacional e internacional (MAY, 2005). Outras abordagens incluem a perspectiva discursiva de direitos linguísticos (RODRIGUES, 2018) e a emergência do direito linguístico como campo de saber autônomo, voltado

13 Exemplos das legislações incluem as seguintes declarações da ONU: Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais, Étnicas, Religiosas e Linguísticas (1992), a Carta Europeia Línguas Regionais ou Minoritárias (1992) e a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996). Esse período caracteriza uma abordagem jurídica voltada para aspectos culturais e identitários. Legislações anteriores teriam abordado outras dimensões: inicialmente, direitos civis e políticos; na sequência, direitos econômicos e sociais. Exemplos dessas legislações prévias incluem: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1945), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

para a sistematização e proposição das bases de uma teoria do direito linguístico, buscando analisar a “pertinência e a eficácia das normas existentes, bem como balizar o trabalho daqueles agentes envolvidos na concepção, implementação e usufruto das políticas emanadas dessas normas” (ABREU, 2020, p. 174). A busca de reconhecimento e legitimação dos direitos dos sujeitos e grupos de usarem a língua materna nos contextos públicos e privados se inscreve no âmbito dos direitos humanos como direitos internacionais.

O paradigma dos direitos linguísticos tem sido problematizado em relação aos seguintes aspectos (MAY, 2005; PUPAVAC, 2012):

(i) A reprodução de uma visão a-histórica de línguas, que invisibiliza o papel das relações de poder que tornaram certas línguas de prestígio em relação a outras consideradas marginalizadas. Além disso, a visão universalizante de DL reproduz modelos de justiça que nem sempre dialogam com os percursos dos sujeitos, grupos e nações: “A difusão dos regimes de direitos humanos, que tornam modelos particulares em leis universais de justiça, marginalizam indivíduos como sujeitos políticos e deslegitimam a contestação política sobre diferentes visões do que significa uma boa vida”¹⁴ (PUPAVAC, 2012, p. 3).

(ii) O problema do essencialismo, que muitas vezes engessa e territorializa a articulação entre língua e etnia através de uma visão romantizada e utópica. Essa visão é presente em discursos de DLs que pouco compreendem a realidade dinâmica dos grupos étnicos, suas identidades e suas práticas de linguagem, reiterando uma ideologia da ‘autenticidade’, que toma a língua como sinônimo de identidade e cultura. Muitas vezes, os direitos linguísticos têm contribuído para reforçar as divisões étnicas, ao utilizar a língua como elemento identitário.

(iii) O problema da (i) mobilidade, em que os DLs contribuem para territorializar e guetizar certas línguas e seus falantes, dificultando ou desincentivando a mobilidade linguístico-social dos grupos em contextos

14 “Expanding human rights regimes, making particular models of justice universal laws, marginalise individuals as political subjects, and delegitimise political contestation over different visions of the good life”.

de presença das línguas dominantes. Aliás, muitas vezes os discursos de DLs constroem a visão de que as línguas minoritárias e dominantes constituiriam uma oposição – língua da modernização/instrumental vs. língua da identidade/sentimental –, invalidando a legitimidade de práticas linguísticas híbridas e fluidas, e invisibilizando a natureza política do problema da mobilidade social.

(iv) O problema da aplicabilidade da lei, que deve considerar uma visão situada da lei, bem como a dinâmica política que envolve a relação entre as leis e a vida social, evitando uma visão generalizante e universalista aplicável a todas as situações. E o problema da uma disjunção entre a defesa universal dos direitos linguísticos e as práticas situadas dos Estados Nacionais, ou da disjunção entre reivindicações de caráter macro e as aplicações de natureza micro:

dado que tanto tempo foi gasto até agora no desenvolvimento de princípios genéricos para o campo do MLR [direitos linguísticos minoritários] – necessário, talvez, para o estabelecimento de princípios chave –, parece apropriado neste ponto do desenvolvimento do MLR adotar, assim como o campo da política e planejamento linguísticos, por exemplo, uma abordagem mais ‘de baixo para cima’ para questões de direitos linguísticos¹⁵.
(MAY, 2005, p. 338)

(v) O problema da aplicação de macrocategorias teóricas, como o conceito de língua, para todos os eventos sociolinguísticos, invisibilizando os conceitos locais e usos situados. Exemplo é a aplicação universal da abordagem do DL, sem atenção às singularidades locais. A esse respeito, Makoni (2011) problematiza a aplicação de um modelo acríptico do DL no contexto africano, especialmente porque os discursos envolvendo DL e DH geralmente são moldados por grupos profissionais, sem relação com os interesses diretos das comunidades envolvi-

15 “given that so much time to date has been spent on the development of generic principles for MLR – necessarily so, perhaps, in establishing key theoretical tenets – it would seem appropriate at this point in the development of MLR to adopt, as language policy and planning has for example, a more ‘bottom up’ approach to issues of language rights”.

das. Em contextos africanos multilíngues, a abordagem do DL se torna complicada, pois não consegue apreender: a imprecisão de fronteiras linguísticas, a fluidez das identidades linguísticas, a relação entre reivindicações linguísticas e comunicativas, a complementariedade que existe na comunicação intra e entre grupos, e a alta mobilidade populacional e comunicativa (MAKONI, 2011).

Contra uma visão abstrata, universalizante e isolada de direitos linguísticos, defendemos que os direitos linguísticos estão atrelados a outras políticas públicas, de acesso à educação, à saúde, à segurança pública e à participação no sistema eleitoral, entre outras, o que torna os DLs um elemento transversal a outras políticas, ao invés de um caso isolado. Nessa direção, o conceito de cidadania linguística (WILLIAMS; STROUD, 2015), atrelado a uma visão política de democracia, tem sido cunhado em prol da voz de grupos minorizados na cena pública. Nesse sentido, o enfoque é a dimensão política dos usos linguísticos e não uma dimensão jurídica abstrata:

Central para a cidadania linguística é uma compreensão sobre a variedade de meios semióticos através dos quais os falantes expressam agência, voz e participação na política linguística cotidiana, e de como falantes minorizados lutam contra o controle das instituições políticas do estado usando sua língua e ressignificando e redirecionando os usos linguísticos para refletir as questões sociais e políticas que os afetam¹⁶. (WILLIAMS; STROUD, 2015, p. 408)

Evita-se, assim, uma visão abstrata e utópica de DLs, em defesa de uma prática situada, que reconhece a dinâmica das relações de poder que faz

16 “Central to linguistic citizenship is an understanding of the variety of semiotic means through which speakers express agency, voice and participation in an everyday politics of language, and how non-mainstream speakers wrestle control from political institutions of the state by using their language over many modalities and giving new meaning and repurposing to reflect the social and political issues that affect them.”

com que certas línguas/grupos sejam minorizados em relação a outros. Nesse sentido, entendemos que o desafio para os DLs é o seguinte:

[...] os defensores dos direitos linguísticos precisam entender seus argumentos para além das considerações de justiça social e equidade que sustentam as reivindicações dos direitos linguísticos, por mais importantes que sejam, a fim de enfatizar as vantagens práticas de implementar esses direitos dentro dos estados-nação¹⁷. (MAY, 2005, p. 327)

ABORDAGENS, PAUTAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Problematizações atuais sobre os conceitos de nação, nacionalismo e território tendem a considerar as dimensões ideológicas e políticas inscritas na construção simbólica de uma comunidade nacional (ANDERSON, 2008), bem como releituras sobre o conceito de democracia e de Estado moderno à luz de movimentos diaspóricos e transnacionais, que estremecem os limites do Estado nacional, cujo modelo foi pautado nos Estados europeus (MBMEBE, 2017; SEVERO, 2013). Nesse contexto de mobilidade, as noções utilizadas para definir a diversidade linguística se expandem, especialmente a partir da virada multilíngue (MAY, 2013), incluindo os seguintes termos: repertórios linguísticos translíngues (GARCIA; WEI, 2014), práticas transidiomáticas (JACQUEMET, 2005), metrolinguismo (OTSUJI; PENNYCOOK, 2009) e multilinguismos do Sul Global (PENNYCOOK; MAKONI, 2020). Tais concepções de língua levam em conta a natureza fluida, dinâmica e porosa das práticas situadas e contextualizadas (PENNYCOOK, 2010), contestando o mito da língua como realidade autônoma, unitária, discreta, contável e nomeável. Abordagens críticas têm problematizado os conceitos de língua a partir da perspectiva local, dos sujeitos falantes e da historicidade, a exemplo

17 “[...] advocates of language rights need to extend their arguments beyond the social justice and equity considerations that underpin language rights’ claims, important though these are, in order to emphasise the practical advantages of implementing such rights within nation-states.”

da problematização feita por Makoni (2019, p.381) sobre as seguintes conceitualizações aplicadas às línguas africanas: a diversidade linguística vista como passível de quantificação, a política de nomeação das línguas, a conceituação das línguas africanas seguindo um modelo estrutural, o processo de invenção da indigeneidade, e os dicionários e gramáticas como discursos e teoria das línguas africanas.

Além dessa revisão conceitual sobre o sentido de diversidade linguística e de língua, vislumbramos, cada vez mais, o papel do protagonismo de grupos e lideranças consideradas minoritárias nas políticas linguísticas, a exemplo da crítica feminista, das políticas de identidade que questionam a relação entre língua e processos de racialização, e dos debates sobre a posicionalidade indígena contemporânea, conforme sucintamente explicitados a seguir:

(i) Destacamos o papel dos estudos e da crítica feminista sobre a natureza ideológica do regime discursivo acadêmico que tem privilegiado homens brancos no processo de produção e disseminação de saberes. O papel do olhar masculino como mecanismo disciplinar (HARAWAY, 1988) passa a ser problematizado no âmbito dos estudos feministas da linguagem, atentando, por exemplo, para a dimensão sexista da língua. No Brasil, por exemplo, testemunhamos atualmente os debates públicos, acadêmicos e político-legislativos em torno do uso do gênero neutro e das políticas de identidade. A crítica feminista aplicada ao mundo acadêmico tem considerado, inclusive, a maneira como o machismo afeta as políticas departamentais, as políticas de publicação, as associações científicas, os eventos científicos, entre outros. E o grupo mais atingido pelo processo sexista de produção de conhecimento é o de pesquisadoras negras: “A sub-representação das mulheres em geral, e das mulheres negras em particular, constrói discursivamente a investigação acadêmica como normativamente branca e masculina”¹⁸ (MAKONI, 2021, p. 48).

18 “The underrepresentation of women in general, and black women in particular, discursively constructs scholarly enquiry as normatively white and masculine”.

O machismo na esfera acadêmica opera, por exemplo, pela invisibilização e o silenciamento – quando as mulheres são transformadas em meras observadoras –, ou pela sexualização das mulheres, a exemplo dos vários casos de assédio sexual, como as denúncias feitas por pesquisadoras contra o linguista Dell Hymes, considerado um dos fundadores dos estudos etnográficos do uso da linguagem (HELLER; MCELHINNY, 2017). A crítica feminista também nos permite problematizar o papel privilegiado dos homens brancos na proposição de agendas de pesquisa, na formulação de propostas e na tomada de decisões envolvendo políticas linguísticas. No âmbito dos estudos da linguagem, uma das obras fundantes da reflexão sobre o papel das mulheres foi *Language and woman's place* (Língua e o lugar das mulheres), por Robin Lakoff, em 1975 (HELLER; MCELHINNY, 2017).

Ademais, a esfera política, assim como outras esferas estruturantes da sociedade, tem reproduzido o machismo estrutural que opera, no âmbito discursivo, pelo silenciamento ou estereotipificação da voz das mulheres como “fala de mulher” – emocional, delicada e frágil –, contribuindo para a desqualificação das mulheres na esfera política. Exemplo disso é o machismo discursivo, “um conjunto de manobras retóricas que afirmam e reafirmam políticas autoritárias no que se refere ao debate público, em detrimento de formas discursivas democráticas” (BARROS; BUSANELLO, 2019, p. 3), usado para desqualificar, ridicularizar e controlar o discurso das mulheres, como o uso de *maninterrupting* (interrupção recorrente da fala da mulher feita pelos homens), *bropropriating* (apropriação das ideias da mulheres pelos homens, sem atribuir os créditos) e *mansplaning* (necessidade do homem de explicar, como se as mulheres não compreendessem) (BARROS; BUSANELLO, 2019). Explicitar o machismo discursivo importa, pois as políticas linguísticas não lidam com línguas como realidades neutras e abstratas, mas, sim, com práticas comunicativas dialógicas e ideologicamente marcadas.

(ii) Destacamos o papel das políticas de identidade que questionam a relação entre língua e processos de racialização, colocando em tela a importância do lugar de fala (RIBEIRO, 2017) de pessoas negras, especialmente de mulheres (MAKONI, 2021), nas políticas e planejamentos

linguísticos. Atentamos para as reflexões sobre a relação entre língua e raça (ALIM *et al.*, 2020; FLORES, 2020; NASCIMENTO, 2020; SOUZA, 2011), a virada sociolinguística em direção a questões identitárias (LO; CHUN, 2020), a demanda por perspectivas de linguagem orientadas pelo e para o Sul Global (PENNYCOOK; MAKONI, 2020; RUDWICK; MAKONI, 2021), e a importância desse debate para a promoção de políticas linguísticas democráticas e plurais. Mais especificamente, a relação entre língua e raça, com suas implicações para as políticas linguísticas, compreende, a partir de Flores (2020), uma genealogia raciolinguística como método de análise, baseada em três elementos: uma perspectiva sócio-histórica que visa contextualizar as condições de produção de discursos e práticas racializados e racializadores; um olhar materialista que considera as condições econômicas e sociais de produção das ideologias linguísticas, atentando para a materialidade das relações de poder e sua dinâmica estrutural e institucional; e uma perspectiva raciolinguística, que conecta as análises histórica e materialista da raça e racismo com as ideologias linguísticas, com fins de “examinar a formação discursiva das ideologias raciolinguísticas que historicamente co-construíram língua e raça de forma a posicionar as populações racializadas como inferiores ao sujeito branco normativo”¹⁹ (FLORES, 2020, p. 114).

Nessa mesma direção, outras perspectivas sobre a relação entre língua e raça também consideram: os diferentes modos como os sujeitos utilizam uma variedade de recursos linguísticos em seus processos contínuos de subjetivação étnico-racial, a partir de uma perspectiva antropológica atenta às experiências do cotidiano e à intersecção entre raça, gênero, religião, classe, nacionalidade e outros índices identitários (ALIM *et al.*, 2020); o papel da língua na manutenção ou problematização do racismo como sistema de opressão estrutural e global (ALIM *et al.*, 2016); e a relação entre processos de racialização e a macroestrutura política e econômica, considerando o papel do sistema global, do Estado, da coerção ideológica, da estratificação social e dos sistemas de exploração-opressão (SPEARS, 2020). Registre-se que a abor-

19 “in order to examine the discursive formation of raciolinguistic ideologies that have historically co-constructed language and race in ways that position racialized populations as inferior to the normative white subject”.

dagem crítica que interliga língua e raça – e raça e políticas linguísticas – deve ser compreendida a partir das dimensões materiais e ideológicas que produzem ideologias linguísticas, modos racializados de subjetivação, instituições/estruturas sociais e políticas racializadas e racializantes.

Problematiza-se, assim, o papel e o lugar da supremacia branca no processo de racialização e hierarquização dos sujeitos e de suas línguas, em defesa de uma postura antirracista, colocando em xeque o privilégio branco que define quem/quais grupos recebem recompensas, e quem/quais grupos recebem punições institucionais, educacionais e profissionais (SPEARS, 2020). A raça, portanto, não é uma explicação para fenômenos sociais, mas o resultado de processos sociopolíticos e econômicos que demandam investigação; e o mesmo ocorre com a concepção de língua (ALIM *et al.*, 2020). O resultado desse processo de racialização é o racismo sistêmico e estrutural que se inscreve nas diferentes esferas sociais, econômicas e políticas, incluindo a educação, a justiça, a segurança pública, os meios de comunicação, entre outros (ALMEIDA, 2021).

(iii) Uma terceira orientação crítica é oriunda de debates e estudos contemporâneos concernentes à perspectiva e posicionalidade indígena, que tem questionado amplamente as orientações, metodologias e interesses não-indígenas no modo de fazer pesquisa sobre as línguas e povos indígenas (MARTIN; MIRRABOOPA, 2003; LEONARD, 2017; SMITH, 2018; DURAZZO, 2019). Exemplos incluem o papel das vozes e lideranças indígenas nas políticas linguísticas, a exemplo do conceito de recuperação linguística (*language reclamation*), que expande a dimensão da revitalização linguística, tradicionalmente baseada na transmissão geracional e número de falantes, para contemplar as epistemologias das comunidades indígenas, incluindo o próprio sentido de língua/linguagem (LEONARD, 2017). Além de expandir o conceito de revitalização linguística para além de um trabalho linguístico e pedagógico instrumental e escolar, as iniciativas indígenas de reconhecimento da própria diversidade linguística também problematizam outros discursos, como a retórica das línguas ameaçadas em extinção, fortemente cunhada

pela UNESCO (2003). As políticas de revitalização da UNESCO (2003) operam com modelos classificatórios que avaliam o grau de perigo segundo a medição de nove fatores gerais: transmissão de linguagem entre gerações, número absoluto de falantes, proporção de falantes na população total, tendências de uso nas esferas funcionais, resposta a novos domínios e mídia, materiais para educação e alfabetização, atitudes e políticas linguísticas institucionais e governamentais, atitudes dos membros da comunidade em relação à sua própria língua, e quantidade e qualidade da documentação. Geralmente, tais critérios são aplicados de maneira indistinta, seguindo um modelo estatístico e instrumental.

Defendemos que as políticas linguísticas envolvendo as línguas indígenas devem estar seriamente atentas aos sentidos de autonomia, conforme preconizado pela Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais – promulgada no Brasil pela Lei n° 5.051, de 05 de abril de 2004 –, e de reciprocidade. O sentido de autonomia, segundo o documento, inclui, entre outros, a consulta dos povos envolvidos a respeito de quaisquer medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los (artigo 6), além do direito de conservar seus costumes e instituições próprios (artigo 8), e de promover a preservação e prática das próprias línguas (artigo 28). Já o sentido de reciprocidade deve problematizar como as relações de poder historicamente ajudaram a legitimar as posições discursivas de estudiosos não-indígenas em detrimento dos saberes e das vozes locais. A construção de redes de produção de saberes e de reconhecimento e validação das práticas de linguagem indígena deve estar atenta ao modo como alianças e parcerias são estabelecidas, baseadas nas ideias de reciprocidade e de autonomia. Entendemos que a política linguística deve operar como uma política de reconhecimento, o que significa validar as demandas e interesses indígenas, conforme exemplificados abaixo a partir da voz de dois pesquisadores indígenas:

Reconhecer nossas visões de mundo, nossos conhecimentos e nossas realidades como distintivos e vitais para nossa existência e sobrevivência; honrar nossos costumes sociais como processos essenciais através dos quais vivemos, aprendemos e nos situamos como aborígenes em nossas próprias terras e nas terras de outros povos aborígenes; enfatizar os contextos sociais, históricos e políticos que moldam nossas experiências, vidas, posições e futuros; e privilegiar as vozes, experiências e vidas dos povos aborígenes e das terras aborígenes²⁰. (MARTIN; MIRRABOOPA, 2003, p. 205)

Ao expandirmos a nossa compreensão sobre como povos indígenas definem e narram suas experiências indígenas, outras iniciativas de valorização e reconhecimento das práticas linguísticas passam a ser validadas, em sintonia com conhecimentos e vivências locais, políticas de territorialização e práticas de compartilhamento e transmissão de saberes (LEONARD, 2017; SMITH, 2018; DURAZZO, 2019). Trata-se, assim, de uma abordagem decolonial, que coloca em questão: o referencial teórico que legitima o que é considerado pesquisa válida; o uso de gêneros textuais acadêmicos em detrimento de gêneros orais, como depoimentos, narrativas e canções; a perspectiva do que conta como fato e evidência; as regras e valores morais que norteiam o trabalho, como veracidade, autenticidade e honestidade; representações sobre objetividade e subjetividade; a concepção de natureza e responsabilidade humana; o processo de seleção de quem seriam os ‘informantes’ e os ‘especialistas’; a forma de distribuição local do conhecimento; e quem estaria mais ou menos autorizado a falar (LEONARD, 2017; MARTIN; MIRRABOOPA, 2003; SEVERO; MAKONI, 2021; SMITH, 1999).

20 “Recognition of our worldviews, our knowledges and our realities as distinctive and vital to our existence and survival; Honouring our social mores as essential processes through which we live, learn and situate ourselves as Aboriginal people in our own lands and when in the lands of other Aboriginal people; Emphasis of social, historical and political contexts which shape our experiences, lives, positions and futures; Privileging the voices, experiences and lives of Aboriginal people and Aboriginal lands.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscamos apresentar uma visão histórica sobre o campo das políticas linguísticas, atentando para as diferentes fases que caracterizam este campo: fase clássica, com uma orientação mais instrumental e técnica; fase intermediária, de problematização da dimensão unicamente governamental; fase crítica, de reflexão sobre a dimensão das relações de poder inscritas nas políticas linguísticas; e fase etnográfica, com enfoque a agentividade e nos contextos locais. Essas fases, muitas vezes, se reforçam mutuamente, e não seguem, necessariamente, uma orientação linear e evolutiva. Contemporaneamente, atentamos para os debates envolvendo o protagonismo dos movimentos sociais, as epistemologias do Sul Global e os processos de descolonização de saberes como vetores críticos que afetam o campo das políticas e direitos linguísticos. Entendemos, por fim, que esse campo demanda um olhar interdisciplinar, em diálogo com outros campos do saber – como sociologia, direito, filosofia política e história –, tornando nossas análises fundamentadas e complexas. O princípio da política é o diálogo. É por ele, com ele e a favor dele que as políticas linguísticas devem se orientar e guiar.

PROPOSTA DIDÁTICA

1) Com base na discussão teórica e histórica apresentada neste capítulo, reflita criticamente sobre os termos “desenvolvimento” e “modernização” das línguas. De que maneira tais termos veiculam relações de poder? Exemplifique discutindo o papel da “padronização” nas políticas linguísticas.

2) Com base na pergunta *Quem planeja o que para quem e como?* (COOPER, 1989), reflita sobre as políticas linguísticas envolvendo a língua portuguesa no Brasil. Para a sua reflexão, considere: (i) qual é o lugar da lín-

gua portuguesa nas constituições brasileiras?; (ii) como as políticas educacionais se tornam um pilar central para a difusão, normatização e consolidação de uma representação de língua portuguesa no Brasil?

3) Com base na discussão sobre nação, língua e direitos linguísticos, apresente e discuta a situação linguística de um país de sua escolha, atentando para:

- a. situação institucional da língua: qual é o estatuto da(s) língua(s) na constituição e em documentos oficiais?;
- b. o papel da língua na construção da identidade nacional: qual é a língua da escola, da literatura, das mídias e das instituições, por exemplo?
- c. o lugar da diversidade linguística na política linguística institucional deste país.

4) Reflita sobre o papel de grupos sociais, comunidades, lideranças e/ou associações na difusão e valorização das suas práticas de linguagem. Para tanto, visite sites e/ou redes sociais desses grupos, ou entreviste pessoas que atuam em prol da valorização e difusão de suas línguas. Responda às seguintes questões:

- a. Quais são as línguas ou práticas de linguagem compartilhadas por sujeitos/grupos/associação? Como eles nomeiam suas práticas de linguagem? Exemplifique.
- b. Quais as ações esses sujeitos/grupos/associações adotam a favor de suas línguas/práticas de linguagem?
- c. Quais as suas valorações sobre as línguas/práticas de linguagem que adotam?

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. N. Direito Linguístico: olhares sobre as suas fontes. *A Cor Das Letras*, v. 21, n. 1, 2020, p. 172–184.
- ALIM, S.; RICKFORD, J. R.; BALL, A. F. (Eds.). *Raciolinguistics: How Language Shapes our ideas about Race*. New York: Oxford University Press, 2016.
- ALIM, S.; REYES, A.; KROSKRITY, P. (Eds.). *The Oxford Handbook of Language and Race*. New York: Oxford University Press, 2020.
- ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- ARENDET, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottma. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARROS, A. T. de; BUSANELLO, E. Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, n. 2, p. 1-15, 2019.
- BLANCHET, P. ‘Corsican sociolinguistics’: Key words and concepts of a cross-linguistic theory. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 261, 2020, p. 9-26.
- BRANDIST, C. Mikhail Bakhtin e os primórdios da sociolingüística soviética. In: FARACO, C. A., TEZZA, C., CASTRO, G. de. (Orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 67-88.
- BRASIL. *Lei nº 5.051, de 05 de abril de 2004*. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.
- BRUTHIAUX, P. Language rights in historical and contemporary perspective. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 30, n. 1, p. 73–85, 2009.
- COOPER, R. L. *Language planning and social change*. New York: Cambridge University Press, 1989.
- DAS GUPTA, J. *Language Conflict and National Development: Group Politics and National Language Policy in India*. Berkeley: University of California Press, 1970.

- DE FRANCIS, J. *Nationalism and Language Reform in China*. Princeton University Press, 1950.
- DELEON, P. The Development of the Policy Sciences: *In*: MORAN, M.; REIN, M.; GOODIN, R. (Orgs.). *The Oxford Handbooks of Political Science*. New York: Oxford University Press, 2006. p. 39-57.
- DURAZZO, L. *Cosmopolíticas Tuxá: conhecimentos, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRN, Natal, 2019.
- FISHMAN, J. *Sociolinguistics: A brief introduction*. Rowley, MA: Newbury House, 1970.
- FISHMAN, J. Language modernization and planning in comparison with other types of national modernization and planning, *Language in Society*, v. 2, n. 1, p. 23-42, 1973.
- FISHMAN, J. *Language and Nationalism: two Integrative Essays*. Rowley, MA: Newbury House, 1973a
- FISHMAN, J. Language planning and language planning research: the state of art. *In*: FISHMAN, J. (Ed.) *Advances in Language Planning*. New York: Mouton, 1974. p. 15-36.
- FISHMAN, J. *The Rise and Fall of the Ethnic Revival: Perspectives on Language and Ethnicity*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1985.
- FISHMAN, J. The Sociology of Language. *In*: COUPLAND, N.; JAWORSKI A. (Eds.). *Sociolinguistics: Modern Linguistics Series*. Palgrave, London, 1997. p. 25-32.
- FISHMAN, J. Macrosociolinguistics and the sociology of language in the early eighties. *Ann. Rev. Sociol.*, v. 11, p. 113-27, 1985.
- FISHMAN, J.; FERGUSON, C.; DAS GUPTA, J. *Language Problems of Developing Nations*. New York: John Wiley & Sons, 1968.
- FLORES, N. Raciolinguistic genealogy as method in the sociology of language. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 267-268, p. 11-115, 2020.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCIA, O; WEI, L. *Translanguaging: Language, Bilingualism and Education*. London: Palgrave Macmillan UK: 2014

- GARCIA, O. Joshua A. Fishman 1926-2015. *Journal of Sociolinguistics*, v. 19, n. 3, p. 391-399, 2015.
- HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.
- HAUGEN, E. Planning for a Standard language in modern Norway. *Anthropological Linguistics*, v.1, n. 3, p. 8-21, 1959.
- HAUGEN, E. Dialect and Nation. *American Anthropologist*, v. 68, n. 4, p. 922-935, 1966.
- HAUGEN, E. *Language conflict and language planning: The case of modern Norwegian*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1966a.
- HELLER, M.; McELHINNY, B. *Language, capitalism, colonialism: toward a critical history*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.
- HUTTON, C. *Linguistics and the Third Reich Mother-tongue Fascism, Race and the Science of Language*. New York: Routledge, 1999.
- IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. V. (Ed.). *Regimes of language: Ideologies, politics*, 2000. p. 35-84.
- JERNUDD, B. H.; NEUSTUPNÝ, J.V. Language planning for whom? In: LAFORGE, L. (Ed.). *Proceedings of the international colloquium on language planning*. Québec: Presses de l'Université Laval, 1987. p. 69-84.
- JACQUEMET, M. Transidiomatic practices: Language and power in the age of globalization. *Language & Communication*, v. 25, p. 257-277, 2005.
- JOHNSON, D. C.; RICENTO, T. Conceptual and theoretical perspectives in language planning and policy: situating the ethnography of language policy. *International Journal of the Sociology of Language*, v. 219, p.7-21, 2013.
- KLOSS, H. Notes concerning a language-nation typology. In: FISHMAN, J.; FERGUSON, C.; DAS GUPTA, J. (Eds.). *Language problems of developing nations*. New York: John Wiley & Sons, 1968. p. 69-85.
- KLOSS, H. Ten types of language planning. In: SIBAYAN, B.; GONZALEZ, A. (Eds.). *Language planning and the building of a national language*. Philippine Normal College: Linguistic society of the Philippines and language study center, 1977. p 52- 9.

KROSKRITY, P. Language ideologies – evolving perspectives. In: JASPERS, J; ÖSTMAN, J.; VERSCHUEREN, J. (Org.). *Society and language use* (Handbook of Pragmatics Highlights, vol. 7). Amsterdam: John Benjamins, 2010. p. 192–211.

LEONARD, W. Producing Language Reclamation by Decolonising ‘Language’. *Language Documentation and Description* v. 14, p. 15–36, 2017.

LO, A.; CHUN, E. Language, Race, and Reflexivity: A View from Linguistic Anthropology. In: ALIM, S.; REYES, A.; KROSKRITY, P. (Eds.). *The Oxford Handbook of Language and Race*. New York: Oxford University Press, 2020. p. 25-46.

MAKONI, B. Black female scholarship matters. *Journal of Language and Sexuality*, v. 10, n. 1, p. 48-58, 2021.

MAKONI, S. Language and human rights discourses in Africa: lessons from the African experience. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 1, p.1-20, 2011.

MAKONI, S. Da linguística humana ao sistema ‘d’ e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, p.376-419, 2019.

MAKONI, S. Language and human rights discourses in Africa: lessons from the African experience. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2012.

MARCELLESI, J.-B.; GARDIN, B. *Introduction à la sociolinguistique*. La linguistique sociale. Paris: Larousse, 1974.

MARTIN, K.; MIRRABOOPA, B. Ways of Knowing, Being and Doing: A Theoretical Framework and Methods for Indigenous and Indigenist Research. *Journal of Australian Studies*, v. 27, p. 203–214, 2003.

MAY, S. Language rights: Moving the debate forward. *Journal of Sociolinguistics*, v. 9, n. 3, p. 319–347, 2005.

MAY, S. *The Multilingual Turn: Implications for SLA, TESOL, and bilingual education*. London e New York: Routledge, 2013.

MBEMBE, A. *Políticas da Inimizade*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, A. *Sair da grande nopite: Ensaio sobre a África descolonizada*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

NARZETTI, C. N. P. *O percurso das idéias do círculo de Bakhtin na análise de discurso francesa*. 2012. 262 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Linguística de Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

- NASCIMENTO, G. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2020.
- NEUSTUPNÝ, J. V. Basic Types of Treatment of Language Policy. In: FISHMAN, J. (Ed.). *Advances in Language Planning*. New York: Mouton, 1974. p. 37-48.
- TSUJI, E; PENNYCOOK, A. Metrolingualism: fixity, fluidity and language in flux. *International Journal of Multilingualism*, v. 7, n. 3, p. 240-254, 2009.
- PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. *Innovations and Challenges in Applied Linguistics from the Global South*. Abingdon: Routledge, 2020.
- PENNYCOOK, A. *Language as local practice*. New York: Routledge.
- PUPAVAC, V. *Language Rights: From Free Speech to Linguistic Governance*. Londres: Palgrave Macmillan, 2012.
- RIBEIRO, D. *Feminismos Plurais: o que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RICENTO, T. Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. *Journal of Sociolinguistics*, v. 4, n. 2, p. 196-213, 2000.
- ROSA, O.; FLORES, N. Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. *Language in Society*, v. 46, n. 5, p. 621-647, 2017.
- RUDWICK, S.; MAKONI, S. Southernizing and decolonizing the Sociology of Language: African scholarship matters. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 267-268, p. 259-263, 2021.
- SEVERO, C.; CARNEIRO, A. S. R.; BRITO, R. H. P. DE. On knowledge production and dissemination policies: towards a dialogue with language policies. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 4, p. 1-20, 2021.
- SEVERO, C.G.; MAKONI, S. Integrationism and the Global South: Songs as Epistemic and Ontological Frameworks in Language Studies. In: MAKONI, S.; PABLÉ, A.; SUN, Y. (Eds.). *Integrationism through the Lens of Southern Linguistic Theory: Reading the Work of Roy Harris*. London/New York: Routledge, 2021. p. 70-90.
- SEVERO, C. G.; GORSKI, E. On the relation between the sociology of language and sociolinguistics: Fishman's legacy in Brazil. *International Journal of the Sociology of Language*, v. 243, p. 119-132, 2017.

- SEVERO, C. G. A diversidade linguística como questão de governo. *Calidoscópico* (UNISINOS), v. 1, p. 107-115, 2013.
- SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), v. 57, p. 451-473, 2013.
- SEVERO, C. G. *Por uma perspectiva social dialógica da linguagem: repensando a noção de indivíduo*. Tese (doutorado). Universidade federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2007.
- SHOHAMY, E. *Language Policy: Hidden Agendas, New Approaches*. NY: Routledge, 2006.
- SILVA, E. R. da. A Pesquisa em Política Linguística: Histórico, Desenvolvimento e Pressupostos Epistemológicos. *Trab. linguist. apl.*, v. 52, n. 2, p.289-320, 2013.
- SMITH, L. T. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Trad. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.
- SPEARS, A. Racism, Colorism, and Language within Their Macro Contexts. In: ALIM, S.; REYES, A.; KROSKRITY, P. (Eds.). *The Oxford Handbook of Language and Race*. New York: OUP, 2020. p. 47-67.
- SPOLSKY, B. Políticas Linguísticas: uma entrevista com Bernard Spolsky. *ReVEL*, v. 14, n. 26, p. 372-276, 2016.
- SPOLSKY, B. *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SPOLSKY, B. *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- SPOLSKY, B. What is Language Policy. In: SPOLSKY, B. (Ed.). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 174-202.
- SOUZA, A. L. S. *Letramentos de Reexistência. Poesia, Grafite, Música, Dança, Hip Hop*. Rio de Janeiro: Parábola, 2011.
- RAJAGOPALAN, K. Política Linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.). *Política e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes, 2013. p. 19-42.

RODRIGUES, F. C. A noção de direitos linguísticos no Brasil: entre a democracia e o fascismo. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 42, p. 33-56, 2018.

UNESCO. Language Vitality and Endangerment. Programme Safeguarding of Endangered Languages. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00120-EN.pdf>. Acesso: 20 abr. 2022.

WILLIAMS, Q. E.; STROUD, C. Linguistic citizenship Language and politics in postnational modernities. *Journal of Language and Politics*, v. 14, n. 3, p. 406-430, 2015.

WILLIAMS, C. H. Language policy, territorialism and regional autonomy. In: SPOLSKY, Bernard (Ed.). *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 174-202.